

NONA

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XVI | Número 197

Encontro Nacional da Conciliação Trabalhista passa a ser referência



Representantes de tribunais de todo o Brasil se reuniram em Curitiba

 Inara Passos



Semana da Execução Trabalhista

Mais de R\$ 9,5 milhões foram negociados na Justiça do Trabalho do Paraná, de 11 a 15 de junho. No total, 409 acordos foram homologados.

► PÁGINA 3

Encontro de Multiplicadores

Evento realizado no TRT-PR reuniu servidores e magistrados de todo o Estado para o compartilhamento de práticas sustentáveis.

► PÁGINA 4

Judiciário recebe aeronave para atividades no Paraná

A Justiça do Trabalho do Paraná, a Justiça Federal e a Justiça Estadual receberam, em 13 de junho, um avião bimotor que será utilizado em conjunto para as atividades judiciárias. O avião foi entregue pela corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, durante solenidade realizada no Aeroporto do Bacacheri, que contou com a presença do governador Beto Richa e de representantes do Judiciário e da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Representaram o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), a presidente, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, e o corregedor regional, desembargador Dirceu Pinto Júnior.

A iniciativa faz parte do programa Espaço Livre – Aeroportos, ação da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ), que busca remover dos aeroportos todos os aviões que estejam vinculados às massas falidas de empresas aéreas ou que tiverem sido apreendidos em processos criminais, principalmente por tráfico de drogas.

O avião entregue para o Paraná é um bimotor Baron 58, com capacidade para quatro pessoas, além de piloto e copiloto. A aeronave era usada por traficantes quando foi apreendida pela Justiça. Agora, ficará à disposição do Poder Judiciário do Estado do Paraná e poderá ser usada por membros da Justiça Estadual (TJPR), da Justiça do Trabalho (TRT da 9ª Região) e da Justiça Eleitoral no estado (TRE-PR), além da Polícia Militar.

De acordo com a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, no caso da Justiça do Trabalho a destinação será específica para uso da Corregedoria Regional, “cuja atividade de inspeção em progressivo número de unidades judiciárias em todas as regiões do Estado terá expressiva redução do tempo demandado para o cumprimento de suas atribuições, racionalizando a agenda correicional”.

Para a ministra Eliana Calmon, o programa Espaço Livre “vem ao encontro dos objetivos da instituição, que é proporcionar melhor resultado na atividade fim do Judiciário”. Ela ressaltou que o programa simboliza também a união do Judiciário. “É uma entrega simbólica para dizer que estamos tendo uma administração compartilhada. Todos voltados à prestação jurisdicional mais rápida”, finalizou.

 Flaviane Galafassi



Avião bimotor Baron 58 apreendido pela Justiça

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Vice-Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Corregedor Regional:

Desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior

Diretor-Geral:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretária-Geral da Presidência:

Angelica Maria Juste Camargo

Secretária-Geral Judiciária:

Ana Cristina Lavalle

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Fernando Alves

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Fernando Alves, Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Bruno Calzavara, Leticia Gabriele e Marcos Dias

Fotografia:

Inara Passos e Luiz Munhoz,

Revisão:

Fernando Alves, Flaviane Galafassi e Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Adescryn

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar
CEP 80.420-010 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT-PR

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.

TRT do Paraná concilia R\$ 9,5 milhões na Semana da Execução Trabalhista



 Inara Passos

Semana da Execução Trabalhista realizou 830 conciliações em cinco dias

Mais de 1.800 trabalhadores atendidos, 409 acordos homologados e 58 colaboradores – dentre magistrados, servidores e ajudantes – contribuíram para o saldo positivo da Semana Nacional da Execução Trabalhista na Justiça do Trabalho do Paraná, realizada de 11 a 15 de junho.

Com 830 audiências encerradas e 49,28% de acordos firmados, a Semana da Execução chegou ao fim no dia 15 de junho, com mais de R\$ 9,5 milhões acordados. Fizeram parte deste índice, as Varas do Trabalho de Araçongas, Araucária, Bandeirantes, 3º de Cascavel, Castro, Cornélio Procópio, Francisco Beltrão, Ivaiporã, 1º, 2º e 3º de Ponta Grossa, 4º e 5º de Maringá, 5º de Londrina, Nova Esperança e Umuarama, além do Juízo Auxiliar de Conciliação (JAC) em Curitiba.

▶ DEVEDORES TRABALHISTAS - O Tribunal Superior do Trabalho (TST) divulgou, como parte das atividades da Semana Nacional da Execução Trabalhista, a relação dos 100 maiores devedores da Justiça do Trabalho de cada Estado. Dentre os maiores devedores trabalhistas do Paraná estão empresas prestadoras de serviço de asseio e conservação, usinas, indústrias alimentícias, cooperativas agrícolas, frigoríficos, bancos e empresas de vigilância. Da relação, destacam-se, ainda, diversas empresas em recuperação judicial ou que tiveram a falência decretada.

No Paraná, os 10 maiores devedores são: Usina Cambará S.A – Bioenergética; Inkafarma Comércio Farmacêutico S.A.; Usina Central

de Paraná S.A. Agric Ind e Com; Docian Alimentos LTDA; Irmandade Santa Casa Monsenhor Guilherme; Cooperativa Agrícola de Cotia Cooperativa Central em Liquidação; GVA Indústria e Comércio S.A.; Freezagro Produtos Agrícolas LTDA; Matadouro e Frigorífico Continental LTDA e Indústria Trevo LTDA. Além das 100 pessoas jurídicas, a relação também contempla as 100 pessoas físicas com maior número de processos com débitos trabalhistas no TRT do Paraná.

 Letícia Gabriele



 Inara Passos

Quase metade dos processos em audiência resultou em conciliação

Tribunal Regional do Trabalho promove o IV Encontro de Multiplicadores



A mesa de abertura foi composta pela procuradora Vanessa Kasecker Bozzo (PRT-PR), pelos desembargadores do TRT-PR Altino Pedrozo dos Santos (vice-presidente) e Ana Carolina Zaina (presidente da CRS) e pela catadora Marilza de Lima

A Comissão de Responsabilidade Socioambiental do TRT-PR realizou, em 31 de maio e 1º de junho, com apoio da Escola Judicial, o IV Encontro de Multiplicadores. O evento reuniu servidores e magistrados de todo o Estado para o compartilhamento de práticas sustentáveis.

O vice-presidente do TRT-PR, no exercício da Presidência, à época, desembargador Altino Pedrozo dos Santos, disse durante a abertura do encontro que a “ocasião é propícia para troca de experiências entre aqueles que, voluntariamente, auxiliam e disseminam, em seus respectivos ambientes de trabalho, as práticas recomendadas pela Comissão de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental”.

Em concordância com o magistrado, a presidente da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal, desembargadora Ana Carolina Zaina, ressaltou a importância dos servidores multiplicadores dentro da corte. “É a ação do multiplicador, é a atitude daqueles que nos são amigos de ideias e ideais, que permitirá que se concretize a finalidade da Comissão instituída por esse Regional”. E completou: “Mas falar da temática da sustentabilidade é avançar para além do tripé clássico de aspectos ambientais, econômicos e sociais, que nada obstante revestidos de absoluta relevância, revelam-se intrinsecamente e de modo exógeno, também, absolutamente insuficiente para concretização da sustentabilidade da vida, no seu sentido amplo e pleno”.

Para tratar sobre a “Reciclagem e Sustentabilidade”, o encontro contou com a participação da representante da Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Jaira Maria Alba Puppim. Ela explicou sobre inclusão econômica e social dos catadores, além da impor-

tância da reciclagem no sentido de sustentabilidade.

Para retratar a dificuldade de inclusão, a catadora associada da CATAMARE, Marilza de Lima, falou sobre o funcionamento da categoria. “Não queremos cestas básicas, queremos materiais na rua, que é o que sustenta nossa família, que paga a educação e as roupas dos meus filhos”. Ainda criticou o uso de lixo para produção de energia elétrica. “Reciclar sim, incineração não. Além de tirar o sustento de muitos catadores, esse tipo de busca polui água, solo e a camada de ozônio”.

O encontro também abordou a “Destinação Correta de Resíduos Sólidos”, com a presença do coordenador de Resíduo Sólido da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Eduardo Felga Gobbi, o consultor de Resíduos Eletrônicos, Eliseu Andrade, e o representante do movimento dos catadores do Rio Grande do Sul, Alexandre Cardoso. Na ocasião, Alexandre contou que 90% das reciclagens realizadas em todo o Brasil são realizadas pelos catadores e, por isso, existe a necessidade da inclusão dos profissionais. “Mesmo sem investimento, o Brasil é um dos países que mais recicla em todo mundo”, ponderou.

▶ BOAS PRÁTICAS SÃO DESTACADAS EM ENCONTRO

As boas práticas realizadas pelas varas do trabalho de Cornélio Procópio, Maringá e Ponta Grossa foram repassadas aos participantes do IV Encontro de Multiplicadores.

A servidora Renata Junko Oguido Pereira, de Cornélio Procópio, iniciou os trabalhos comentando sobre o projeto “Livro de Rua”, desenvolvido pela vara desde 2009. A iniciativa, que até agora já recebeu a doação de 194 livros e 60 revistas, visa a democratizar a leitura por meio do empréstimo das obras, com apenas uma restrição: que ao final da leitura o livro seja devolvido, ou então, passado adiante.

A servidora destacou, ainda, a grande arrecadação da Campanha de Páscoa, que recolheu 1.553 ovos de chocolate, beneficiando três entidades assistenciais, além de

crianças de creches e escolas públicas do município. Já a “Campanha Permanente de Cestas Básicas” recebeu grande adesão por parte dos servidores e magistrados, que doam mensalmente um valor de R\$ 50 para a aquisição de cestas básicas, destinadas a 10 famílias cadastradas no projeto. Além disso, a servidora apontou a “Campanha do Agasalho”, que arrecadou 113 pares de sapatos, 266 peças de roupas, 750 cobertores e 10 mochilas. “Doar algo novo dignifica ainda mais o ser humano”, ressaltou Renata.

O juiz do Fórum Trabalhista de Maringá José Vinícius de Souza Rocha observou a importância de ajudar o outro, “que pode sentar do seu lado, ou estar mais distante”. Apontou como um dos projetos principais de Maringá a adesão ao projeto de Inclusão Digital Roberto Dala Barba, onde servidores e magistrados voluntários ensinam informática. O projeto, que no início contava apenas com oito servidores voluntários, hoje aumentou seu contingente para 11.

No Fórum Trabalhista de Ponta Grossa, a campanha “Adote seu copo” foi destacada pela servidora Eliane Mônica. Na campanha, servidores e magistrados passaram a utilizar xícaras e copos de vidro, diminuindo a utilização de copos descartáveis.

▶ SELO INTELIGÊNCIA SOCIOAMBIENTAL



Thiago Venâncio

Com o intuito de incentivar e reconhecer as iniciativas sustentáveis promovidas pelas unidades judiciárias e administrativas, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR) lançou a certificação Selo Inteligência Socioambiental.

O Selo Inteligência Socioambiental é composto por três categorias: gestão de resíduos sólidos, uso racional de recursos naturais e inovação em práticas de responsabilidade socioambiental. A certificação será concedida às unidades de acordo com cumprimento de sete diretrizes estabelecidas pelo projeto: promoção de benefícios de caráter ambiental, social e econômico; promoção de práticas inovadoras; possibilidade de institucionalização da prática; colaboração e participação do público interno na implantação da prática e continuidade da execução da prática de responsabilidade socioambiental.

No entanto, como o assunto pressupõe uma mudança de atitude voluntária, a adesão ao projeto segue a mesma

linha: a espontaneidade. As unidades que apresentaram interesse, e que possuíam em seu quadro funcional, ao menos um multiplicador, puderam participar do projeto por meio do preenchimento do Formulário de Responsabilidade Socioambiental, disponível no Controle de Tramitação Administrativa (CTA), na intranet do TRT PR, entre os dias 5 de junho e 6 de julho.

A apresentação do Selo Inteligência Socioambiental foi feita durante um bate-papo realizado no IV Encontro de Multiplicadores do TRT-PR, promovido pela Comissão de Responsabilidade Socioambiental. Nele, foram discutidos temas relacionados às práticas sustentáveis, bem como a campanha “Pare e Pense”, no qual o TRT-PR reduziu 6,24% da Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que incentiva a redução do consumo per capita de água, papel, energia, telefonia e combustível. “Os resultados do ‘Pare e Pense’ demonstram que ser multiplicador é promover resultados”, apontou a servidora Ana Cristina Gomes, integrante da Comissão de Responsabilidade Socioambiental. Resultados que fazem a diferença, porque “nós podemos mudar o mundo para sempre. Para melhor ou para pior. A escolha é nossa”, conclui a servidora.

▶ TRT PROMOVE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Imagine se sentir estrangeiro no seu próprio país e sequer conseguir entender o que está escrito nas ruas de sua cidade. É assim que vivem os surdos e mudos, como disse Josiane Mendes, chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental do TRT-PR, durante palestra no IV Encontro de Multiplicadores. “Eles não são mudos, eles falam Libras”, lembrou, ao ressaltar que a Língua Brasileira de Sinais não é um “português mimicado, como muitos pensam”.

Projetos desenvolvidos pelo TRT-PR, como o de Inclusão Digital Roberto Dalabarba, que visa a melhor preparação de jovens para o mercado de trabalho, buscam facilitar a convivência em sociedade de pessoas com deficiência.

“Existe uma recusa – inconsciente, é claro – de muitas pessoas em relação a quem tem deficiência”, contou Leondiniz Freitas, servidor do TRT-PR e deficiente visual. “Não sabem como falar, têm medo de fazer algo errado e por isso acham mais fácil nem se aproximar”.

Diniz, como é conhecido, relatou que já atuou como voluntário nos cursos de Inclusão Digital para surdos e recomenda a experiência. “A comunicação é muito mais fácil do que parece e a receptibilidade deles é ótima”, disse.

Juliane Chiuratto, do Centro de Memória, lembrou que o grupo vindo da Inclusão Digital recebido pelo Centro “apresentou interesse imensamente superior a qualquer outro que já visitou o local”.

De acordo com resolução do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o TRT deve habilitar servidores para estarem aptos a atender e dar informações a pessoas surdas e mudas que procuram a Justiça do Trabalho. Josiane ainda ressalta que, aos servidores que desejarem, o TRT pode custear curso externo de Libras. “Dar oportunidade a todos é o caminho da cidadania plena”, concluiu Josiane.

Bruno Calzavara, Leticia Gabriele e Marcos Dias



Margaret Matos de Carvalho elogiou a atuação dos catadores de materiais recicláveis



A catadora de materiais recicláveis Marilza Aparecida de Lima retratou as dificuldades da inclusão da profissão



O catador Alexandro Cardoso falou sobre a importância desses profissionais para a reciclagem



O consultor de resíduos eletrônicos, Eliseu Andrade, explicou o manuseio do resíduo eletrônico



Eduardo Felga Gobbi, coordenador de resíduos sólidos da SEMA, abordou a destinação correta dos resíduos sólidos



Jaira Maria Alba Puppim discorreu sobre a exclusão social e econômica dos catadores



A servidora Josiane Mendes, chefe da Seção de Responsabilidade Socioambiental, falou sobre a língua brasileira de sinais



A jornalista Alessandra Assad ressaltou a importância da comunicação no ambiente de trabalho



Letícia Gabriele

Ana Cristina explicou sobre os conceitos que envolvem a responsabilidade socioambiental



Inara Passos

A servidora Terezinha Shimuda falou sobre os progressos da coleta seletiva no âmbito Tribunal



Inara Passos

A servidora Josiane Mendes discutiu questões relacionadas à Língua Brasileira de Sinais com os servidores do interior



Inara Passos

Servidor Leondiniz Freitas: "Existe uma recusa – inconsciente, é claro – de muitas pessoas em relação a quem tem deficiência"



Letícia Gabriele

O Encontro de Multiplicadores contou com ampla participação dos servidores do interior e da capital

Conciliação

Encontro discutiu medidas de intensificação dos acordos

As experiências sobre as boas práticas adotadas pelos tribunais brasileiros na tarefa de conciliar, bem como a participação de magistrados, procuradores, advogados, estudantes de faculdades de Direito – que puderam verificar os esforços realizados para valorizar a conciliação – e a criação de um Fórum Permanente para discutir e efetivar a conciliação na área da Justiça do Trabalho foram os grandes resultados do I Encontro Nacional da Conciliação da Justiça do Trabalho, segundo o coordenador do Núcleo de Conciliação do TRT-PR, desembargador Luiz Eduardo Gunther. O encontro ocorreu no TRT-PR, em Curitiba, de 23 a 25 de maio. “Pela primeira vez na história do Brasil ocorreu um encontro nacional da Justiça do Trabalho brasileira para discutir, refletir, ponderar, mas sobretudo disseminar a cultura da conciliação”, ressaltou o desembargador.

O encontro teve dois momentos: no primeiro dia e na manhã seguinte, representantes dos Núcleos de Conciliação dos tribunais se reuniram para compartilhar experiências, e nos dias 22 e 23 de maio foi realizado o seminário *Trabalho, Conflito e Conciliação*. Dos debates realizados no primeiro dia, surgiu a Carta de Curitiba, que trouxe uma orientação sobre como trabalhar a temática da conciliação. Entre as propostas, está a “criação de um Conselho Nacional dos Núcleos de Conciliação da Justiça do Trabalho – entidade colaborativa desvinculada da estrutura oficial do Poder Judiciário Nacional – cujo encontro de debates para sua criação será realizado na cidade de São Paulo, em 17 de agosto de 2012”.

O objetivo, segundo o desembargador Gunther, é realizar reuniões a cada três meses em tribunais diferentes, para a continuidade dos trabalhos voltados à disseminação da cultura conciliatória.

A necessidade de mudança da cultura da judicialização para a cultura da conciliação e pacificação foi destacada pela desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presidente do TRT-PR, na abertura do encontro. “Não é por outro motivo que o educador Edgar Morin, encarregado pela Unesco de indicar os sete saberes para a geração do futuro, concentra-se demoradamente na necessidade de educar para a paz”, acredita a desembargadora, para quem a cultura da conciliação é fator preponderante para a mudança de paradigmas.

Todos os Núcleos de Conciliação foram convidados. “O comparecimento foi de quase setenta por cento, o que é inédito”, ressaltou o desembargador Gunther. Estiveram presentes também representações da Justiça Federal e da Justiça Estadual. O seminário “Trabalho, Conflito e Conciliação”, cuja abertura foi realizada pela ministra Eliana Calmon, foi transmitido pela Internet.

Para o desembargador Luiz Eduardo Gunther, o TRT-PR, que “por decisão da presidente Rosemarie Diedrichs Pimpão tornou a Conciliação como prioritária em sua gestão, está dando cumprimento à Resolução número 125 do Conselho Nacional de Justiça”.





Tribunais apostam nas escolas de ensino para criar a cultura do acordo

Seja na formação das crianças e dos adolescentes, ou dos futuros profissionais do Direito, alguns tribunais do País estão apostando na escola como aliada na mudança da cultura da judicialização do conflito para a cultura da conciliação.

O TRT de Minas Gerais, por exemplo, foi buscar nas escolas o apoio necessário para a formação de jovens e crianças. “O TRT da 3ª Região tem dialogado com a comunidade, com a sociedade mineira, no sentido de levar o tema conciliação às escolas, como uma forma de modificar a cultura adversarial muito presente na nossa sociedade. Levar a questão da conciliação para os jovens estudantes, para alunos das escolas do ensino fundamental, vem, na nossa concepção, abrir um diálogo sobre uma nova forma de resolver os seus conflitos. Nós achamos que, enquanto uma das primícias de uma atuação de um Tribunal é a educação, então, educação como missão é também falar de conciliação”, ressaltou a juíza do TRT de Minas Gerais Adriana Goulart de Sena Orsini.

O TRT de Minas desenvolve vários concursos nas escolas públicas e privadas com objetivo de mostrar a importância do acordo e não apenas da judicialização dos conflitos. Já foram realizados concursos de frases, de desenhos, de canto e, recentemente, de teatro.

Experiências ligadas à conciliação, como a do TRT de Minas Gerais, foram repassadas pelos tribunais durante o I Encontro Nacional da Conciliação da Justiça do Trabalho.

No TRT do Rio Grande do Sul, a formação é voltada para os acadêmicos de Direito. De acordo com os juízes auxiliares da conciliação Carlos Alberto Zogbi Lontra e Marcelo Bergmann Hentschke, com o objetivo de aproximar a Justiça da academia, o Tribunal da 4ª Região promove audiências de conciliação durante as palestras dirigidas aos universitários. Lontra citou o caso de uma conciliação que aconteceu com o uso de celular, na audiência realizada em uma faculdade. “O advogado de uma das partes não estava presente, mas conseguimos contactá-lo pelo celular. Ao perceber a realização do acordo, a plateia inteira aplaudiu”, contou.

Ambos os juízes enalteceram os números que comprovam a eficiência do Projeto Conciliação, criado em 2002 no TRT do Rio Grande do Sul. De 2007 a 2011, a porcentagem de acordo no TRT-RS subiu de 63% para 81%. Porém, segundo Lontra, o grande triunfo do projeto é o reconhecimento. “O principal resultado alcançado tem sido a aceitação crescente da conciliação por parte de nossos colegas e da comunidade”.

A educação é a ferramenta utilizada pelo TRT do Distrito Federal e Tocantins na busca de ampliar a aceitação da conciliação na região. A coordenadora do Núcleo Permanente de Incentivo à Conci-

liação, juíza Flávia Fragale Martins Pepino, conta que “o núcleo está investindo na educação do uso das conciliações como forma de soluções processuais, e através de ações permanentes, como folders, cartazes, cursos, palestras, o grupo visa chamar atenção a essa cultura conciliatória, tanto para o público externo quanto para o interno”.

O diferencial na forma de implantar a cultura conciliatória na região sul mato-grossense, de acordo com o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos do Tribunal Regional do Trabalho do Mato Grosso do Sul (TRT-MS), desembargador Francisco das Chagas Lima Filho, foi a educação sobre a conciliação, tanto para estudantes quanto para empresários e trabalhadores. “A política de conciliação nas empresas visa às visitas de magistrados, parcerias com instituições, assim disseminando a cultura da conciliação. Também temos o programa ‘Educação, Trabalho e Justiça’, levando informações de cidadania e trabalho aos jovens de colégios de primeiro e segundo grau”.

De acordo com o desembargador Francisco das Chagas, “as formas de conciliação, a princípio, trouxeram uma resistência aos advogados, mas aos poucos, com as conversas nas audiências, expondo os prós e os contras, começamos a transformar essa resistência em um lado positivo”, salientou.

► **CONCILIAÇÃO HUMANISTA** - A coordenadora do Núcleo de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, juíza Nayara Queiroz Mota de Sousa, apresentou ao Paraná a prática de conciliação que vem sendo adotada pela Paraíba. A conciliação humanista propõe a comunicação e valoriza as emoções, para que as partes não sejam vistas somente como um número de processo. Este modelo de solução de conflitos entende que há sentimentos envolvidos na ação,



 Inara Passos

O I Encontro Nacional da Conciliação promoveu a troca de experiências conciliatórias entre os tribunais brasileiros

que não são vistos pelo Direito formal. Por isso, procura tornar confortável o momento de expor os acontecimentos dentro da sala de audiência. "A questão patrimonial representa, no máximo, uns quarenta por cento do conflito. A questão emocional é muito mais forte", avaliou a juíza.

No Núcleo de Conciliação da Paraíba foi criado um ambiente colorido e agradável para acolher as partes. A juíza Nayara comentou que há um plantão de atendimento psicológico, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba. "Como nós abrimos um espaço maior de fala, as partes se emo-

cionam, e muitas vezes não conseguem controlar essas emoções. Então, sugerimos que elas conversem com uma pessoa especializada, para que saiam dali menos aflitas".

O resultado da conciliação humanista tem sido positivo. A magistrada observou que o número de audiências pode não aumentar, mas a qualidade melhora. "Vejo com muito sucesso e muita satisfação das partes o recebimento desta proposta. A gente vê que elas se sentem mais confortáveis em falar. E os reclamados perdem um pouco a visão de que a Justiça do Trabalho é feita para o empregado", finalizou.



A juíza Adriana Goulart de Sena falou sobre as iniciativas do TRT-MG



O juiz Marcelo Hentschke, do TRT-RS, apresentou estatísticas de Conciliação



A juíza Nayara Queiroz Mota de Sousa mostrou a experiência do TRT-PB



A juíza Flávia Fragale enfatizou a cultura dos acordos na educação de jovens



O desembargador Francisco das Chagas falou sobre a aproximação com os universitários



O desembargador Francisco das Chagas ressaltou a importância do acordo na JT

TRT apresenta as pautas eletrônicas de conciliação

A inovação da Justiça do Trabalho do Paraná no Juízo Auxiliar de Conciliação foi um dos destaques do encontro. Foi apresentada aos participantes a pauta eletrônica, que concentra todos os processos com sentença em que tenham sido apresentados recursos ordinários.

O sistema é capaz de separar as audiências pelo nome das partes, respeitando os horários marcados para os advogados, para que não incidam em salas diferentes em um mesmo horário. A pauta é compartilhada pelos juízes. Juntamente com a pauta eletrônica também está sendo feita a liquidação da sentença, para que as partes tenham noção dos valores envolvidos.

As audiências de conciliação nos processos que estão na fase de recurso ordinário no TRT-PR começaram em 18 de junho, no Juízo Auxiliar de Conciliação do TRT-PR.

Também foram apresentadas aos participantes iniciativas já existentes do TRT-PR, como os acordos na fase de recurso de revista, quando as partes desejam recorrer ao TST.

Carta de Curitiba

- 1) Afirmar a conciliação como técnica fundamental para a composição humanista dos conflitos;
- 2) Recordar que é dever dos Juízes do Trabalho envidar todos os esforços no sentido de conciliar as demandas postas à apreciação;
- 3) Expressar a necessidade de cumprimento da Resolução 125 do CNJ que estabeleceu diretrizes de criação e implementação dos Núcleos de Conciliação no Judiciário de todo o País;
- 4) Constatar a dificuldade de apresentar dados sobre as conciliações obtidas, manifestando a necessidade de uniformizar parâmetros para tais informações perante toda a Justiça do Trabalho, ou perante o Conselho Nacional de Justiça;
- 5) Proclamar a necessidade de trocar informações entre os Núcleos de Conciliação, objetivando conjugar esforços e sinergia para atingir os objetivos conciliatórios mais rapidamente;
- 6) Propor a criação do Conselho Nacional dos Núcleos de Conciliação da Justiça do Trabalho – entidade colaborativa desvinculada da estrutura oficial do Poder Judiciário Nacional – cujo encontro de debates para sua criação será realizado na cidade de São Paulo, em 17 de agosto de 2012.

Ministra Eliana Calmon enfatiza importância da JT na conciliação

A experiência da Justiça do Trabalho na conciliação foi elogiada pela corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, durante a abertura do seminário *Trabalho, Conflito e Conciliação*. “A Justiça do Trabalho já nasceu com algo que levamos mais de 30 anos para saber que é importante: a conciliação”, ressaltou.

Durante sua fala, a ministra Eliana Calmon destacou que o tempo mostrou para todo o Judiciário que “conciliar é absolutamente necessário”.



“Nem sempre a sentença é a mais justa. Muitas vezes o juiz se debruça no processo, mas nele não está a realidade da vida”

“Nem sempre a sentença é a mais justa. Muitas vezes o juiz se debruça no processo, mas nele não está a realidade da vida. Os fatos da vida estão com quem está fazendo o acordo”, complementou. Bastante aplaudida durante todo o seu discurso, a ministra aproveitou o momento para demonstrar seu apreço pela Justiça do Trabalho e desfazer o que, segundo ela, foi um mal entendido ao ser interpretada, em um de seus posicionamentos, que era contrária ao crescimento da justiça trabalhista e agradeceu a oportunidade, “concedida pela presidente Rosemarie de me apresentar neste evento, cujo assunto eu acredito e apoio”, salientou Eliana Calmon.

Para a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, a participação da ministra na abertura do seminário reforça a causa, ressaltando que “a aceitação do convite para esta abertura é algo que nos enche de júbilo, pois bem sabemos que, na condição de corregedora nacional, a excelentíssima ministra tem diligenciado com muita ênfase no sentido do cumprimento de metas que não são apenas ditadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Constituem, também, objetivo e desejo de toda a comunidade jurídica pátria, porque voltadas ao cumprimento da missão de um dos Poderes. Dentre elas, uma das mais prementes é o desenvolvimento da cultura da conciliação, tema deste seminário”.

Flaviane Galafassi

O juiz precisa ouvir as partes

O brocardo latino que, ao se referir à amplitude de atuação do juiz, ensina que “o que não está nos autos não está no mundo” foi comparado por Roberto Portugal Bacellar, juiz do Tribunal de Justiça do Paraná, a um ponto de raio laser iluminando uma tela de projeção. “A forma autocompositiva das lides jurídicas, resultante da conciliação, é diferente. Às vezes, a justiça não está no ponto iluminado”.

A representação utilizada fez parte do painel “Técnicas Inovatórias de Conciliação”. De forma bem humorada, Roberto Bacellar traçou uma visão do comportamento do magistrado para desenvolver uma atitude positiva que permita a conciliação das partes. “O juiz deve pensar a conciliação como um processo”, disse ele. “Ter um bom rapport (qualidade de causar uma boa impressão), também é fundamental. O simples fato de se apresentar às partes e deixar de lado os volumes dos autos para ouvir ativamente provoca uma relação positiva. Deve-se permitir o envolvimento das partes nas propostas e na solução do conflito. Quanto mais as pessoas trabalharem no processo, melhor aceitarão o resultado. Ao final, a composição é das partes e não do juiz”, ponderou.

► **SISTEMA ALTERNATIVO** - O juiz de Irati (PR), Carlos Henrique de Oliveira Mendonça, falou sobre o projeto “Sistema Alternativo de Solução de Conflitos Trabalhistas” que desenvolve naquela cidade. Para ele, “a origem de todos os conflitos trabalhistas está nas mágoas que as partes carregam e tudo o que elas mais querem é poder falar”.

A Vara de Irati abre suas portas uma vez por semana para ouvir as dúvidas e queixas das pessoas. Magistrado e servidores anotam e reduzem a termo o que foi apresentado, sem formalidade. Fazem um cálculo prévio de valores com base no que foi passado, chamam o empregador, mostram a queixa e tentam fazer um acordo, que é o que acontece em 80% dos casos. Na hipótese da conciliação, montam-se os processos que são homologados judicialmente e que hoje representam cerca de 30% do movimento. Uma indicação útil deixada pelo magistrado é não juntar as partes para a tentativa de acordo. As propostas devem ser apresentadas em separado, considerando-se as animosidades inicialmente presentes.

Nelson Copruchinski



CONSTITUIÇÃO FEDERAL EMENDADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL EMENDADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL EMENDADA

1919
DELEGADO
SILVANA SOUZA DE MOURA

1919
DELEGADO
ONÉSIMO ANUNCIÃO

1919
DELEGADO
SILVANA SOUZA DE MOURA

Brasil: um milhão de conciliações em um universo de 80 milhões de processos



Procurador Felipe Cavalcanti: "A ausência de conciliações resulta de falha do nosso sistema processual"

Ao analisar as dificuldades que envolvem a conciliação no Brasil, durante palestra no seminário *Trabalho, Conflito e Conciliação*, o procurador Felipe Locke Cavalcanti, que representou o Ministério Público durante dois mandatos no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), informou, com base em dados desse conselho, que acontecem cerca de um milhão de conciliações num universo de aproximadamente 80 milhões de causas em andamento na justiça brasileira. "O fato determinante do pequeno número de conciliações é cultural, vem desde o Brasil Colônia, e nesse campo existe um grande espaço para se trabalhar", disse o procurador. "A ausência de conciliações resulta de falha do nosso sistema processual. Também a falta de perspectiva do caminho que será dado à solução da causa faz com que se aposte numa espécie de aspecto lotérico da justiça e na eternização das discussões judiciais. Na justiça norte-americana sempre se visou conciliar os interesses da sociedade. Na justiça brasileira o foco é o interesse do Estado. Aqui, a conciliação foi tratada como algo marginal. Precisamos ter um Estado que não precise nos dizer como resolver nossos conflitos", explicou Felipe Cavalcanti.

► CONCILIAR É LEGAL

De acordo com a juíza do trabalho Adriana Goulart de Sena, titular da 35ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, há resistências à conciliação. Segundo ela, a recuperação das partes contenciosas, atenuação da pressão numérica dos processos judiciais, a redução no tempo de tramitação dos processos, a melhoria da qualidade dos órgãos judiciais e a garantia da eficiência do aparato judiciário são alguns dos efeitos da con-

ciliação. Durante palestra no Seminário "Trabalho, Conflito e Conciliação", a juíza destacou como aspectos positivos da conciliação a oralidade, participação das partes, construção da solução em comum, restabelecimento de vínculos, abordagem prospectiva e a emancipação das partes.

"No entanto, existem resistências, tanto na área judiciária quanto na própria sociedade, que impedem a plena aplicação dos procedimentos conciliatórios", disse Adriana Sena. "A cultura da sentença em nosso país, o sentimento de que juiz bom é o que julga, de que o juiz é pago para julgar e de que a conciliação é perda de tempo, dificultam a aceitação dos processos conciliatórios na justiça. Hoje, temos consciência de que conciliar é legal e também necessário. De acordo com o movimento pela conciliação desencadeado em 23 de agosto de 2008, com o aval do CNJ, o acordo homologado na justiça tem o valor de uma sentença. Podemos dizer que o juiz bom julga, mas também concilia, dando tratamento adequado aos conflitos de interesses", esclareceu Adriana de Sena. "Justiça que concilia não é justiça menor", sentenciou a magistrada.

Nelson Copruchinski



Juíza Adriana de Sena: Existem resistências que impedem a plena aplicação dos procedimentos conciliatórios



Advogado Hélio Gomes Coelho Júnior, juiz Eduardo Milléo Baracat e advogado Valdir Perrini



Camila Nicacio, subsecretária do Estado de MG, desembargadora Marlene Suguimatsu e advogado Wilson Ramos Filho



Ministra Eliana Calmon foi recepcionada por magistrados e advogados durante encontro no TRT-PR



Presidente do TRT-PR, desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, recebeu a ministra Eliana Calmon no TRT-PR



Juízes Julio Rodrigues Coelho Neto (TRF-CE), Valéria Franco da Rocha (TRT-PR) e Nayara Queiroz Mota de Sousa (TRT-PB)



Juízas Flávia Peixoto e Cristiane Chmatalik apresentaram experiência da Justiça Federal na conciliação



Desembargadora Joeci Machado Camargo (TJ-PR) falou sobre o avanço do programa Justiça no Bairro



Advogado Alberto de Paula Machado: destaque à natureza conciliatória da Justiça do Trabalho



Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão: "A cultura da conciliação é fator preponderante para a mudança de paradigmas"



Desembargador Luiz Eduardo Gunther, organizador do I Encontro Nacional da Conciliação da Justiça do Trabalho



Desembargadores José Amorim e Luiz Eduardo Gunther: encontro contribuiu para o avanço das iniciativas conciliatórias



Juiz Roberto Bacellar: "Deve-se permitir o envolvimento das partes nas propostas e na solução do conflito"



Desembargadores Luiz Gunther, José Amorim (CNJ), Rosemarie Pimpão e Márcio Gapski, e Marcelo Correa (TJ-DF)



Juiz Carlos Henrique de Oliveira Mendonça falou sobre o sistema alternativo de solução de conflitos



Juiz Eduardo Baracat apresentou a experiência paranaense na pauta eletrônica do Juízo Auxiliar de Conciliação



Advogado Wilson Ramos Filho autografou o livro "Trabalho e Regulação" para a desembargadora Marlene Suguimatsu